



Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

COMPANHIA DE OBRAS E HAB. DE GOIANIA – COMOB



COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DE GOIANIA - COMOB

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2025

Índice – fls.

Demonstrações dos Ativos e Passivos da Liquidação.....	03
Demonstração de Resultado da Liquidação.....	04
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	05
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	06
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	07/14



DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LIQUIDOS				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em R\$)				
Valores em Reais				
ATIVOS EM LIQUIDAÇÃO	Nota	2025		2024
		-	R\$	-
DISPONIBILIDADES		-	R\$	-
ATIVOS DESTINADOS A VENDA	5	70.844,77	R\$	70.844,77
Terrenos		70.844,77	R\$	70.844,77
Instalações		6.648,62	R\$	6.648,62
Moveis e Utensilios		500.456,81	R\$	500.456,81
Computadores		67.766,05	R\$	67.766,05
Maquinas e Equipamentos		71.464,64	R\$	71.464,64
Ferramentas		36.831,83	R\$	36.831,83
Veiculos		39.244,33	R\$	39.244,33
(-) Depreciação Acumulada		(722.412,28)	R\$	(722.412,28)
ATIVOS DESTINADOS A VENDA	5	-	R\$	-
Softwares		30.326,23	R\$	30.326,23
Sistema de Comunicação		20.903,05	R\$	20.903,05
(-) Amortização Acumulada		(51.229,28)	R\$	(51.229,28)
TOTAL DOS ATIVOS EM LIQUIDAÇÃO		70.844,77		70.844,77
PASSIVOS DA LIQUIDAÇÃO		2025		2024
PASSIVO LIQUIDOS		431.040,38	R\$	264.107,19
OBRIGAÇÕES RESULTANTES DA LIQUIDAÇÃO	6	431.040,38	R\$	262.707,19
ISS a Recolher		5,39		5,39
Parcelamento Auto Infração ISS REFIS Nº 32947166 - 60X		381.676,02		381.676,02
(-) Multas e Juros Debitos Parcelados		(125.156,74)		-125.156,74
Parcelamento IPTU INSC.36304103950002 - 9X		888,64		888,64
Parcelamento ISS REFIS - 10X Nº 75202539		1.133,73		1.133,73
Parcelamento IPTU INSC.41622301840001 - 6X		583,45		583,45
Parcelamento IPTU INSC.36304103950002 - 20X		1.138,01		1.138,01
Parcelamento IPTU INSC.41622300720002 - 13X		1.166,32		1.166,32
Parcelamento IPTU INSC.41622301840001 - 20X		1.272,37		1.272,37
Parcelamento PGFN nº 14422741		319.012,82		-
(-) Multas e Juros Debitos Parcelados Pgf n° 14422741		(150.679,63)		-
OUTRAS OBRIGAÇÕES		-		1.400,00
Multas a Pagar - DCTF Em atraso		-		1.400,00
Execussao Processo EMPOL Contrato Nº 051/2002				
PASSIVOS DE LONGO PRAZO DA LIQUIDAÇÃO		6.237.164,64		7.490.634,13
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO	7	4.884.399,62		4.859.034,03
COMURG Administrativo - A partir de 2022		1.970.632,06		1.945.266,47
COMURG Administrativo - 2009 a 2021		2.913.767,56		2.913.767,56
OBRIGAÇÕES RESULTANTES DA LIQUIDAÇÃO (LONGO PRAZO)	8	1.352.765,02		2.631.600,10
Parcelamento Auto Infração ISS REFIS Nº 32947166 - 60X		1.697.849,36		1.697.849,36
Parcelamento IPTU INSC.36304103950002 - 20X		826,24		826,24
Parcelamento IPTU INSC.41622301840001 - 20X		925,36		925,36
Parcelamento PGFN nº 14422741		244.731,72		1.430.982,61
(-) Multas e Juros Debitos Parcelados Pgf n° 14422741		(92.584,19)		-
Parcelamento IPTU INSC.41622300720002 - 13X		106,04		106,04
(-) Multas e Juros Debitos Parcelados		(499.089,51)		(R\$ 499.090)
PATRIMONIO LÍQUIDO		(6.597.360,25)	R\$	(7.683.896,55)
Capital Social	9	42.468.450,57	R\$	42.468.450,57
Ajuste de Exercícios Anteriores	9.1	1.106.257,58	R\$	8.771.115,05
Resultado do Exercício	9.2	(19.721,28)	R\$	-
Resultados Acumulados	9.3	(50.152.347,12)	R\$	(58.923.462,17)
TOTAL DOS PASSIVOS DA LIQUIDAÇÃO		70.844,77		70.844,77

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DA LIQUIDAÇÃO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		
Valores em Reais		
	2025	2024
DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA LIQUIDAÇÃO	(19.721,28)	(959.759,70)
(-) Despesas Administrativas	(19.721,28)	(959.759,70)
Taxas (Juceg / Cartorios)	-2.042,24	
Encargos Parcelamento PGFN	-17.594,04	
Certificado Digital	-85,00	
Execuções de processos cíveis	0,00	959.759,70
OUTRAS DESPESAS DE LIQUIDAÇÃO	-	(20.297.000)
Equivalencia Patrimonial	0,00	-20.297.000,00
RESULTADO	(19.721,28)	(21.256.759,70)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	6.577.000,00
Lucros em imovel desapropriado	-	6.577.000,00
RESULTADO LIQUIDAÇÃO NO PERIODO	(19.721,28)	(14.679.759,70)
<i>As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis</i>		



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DOS ATIVOS LIQUIDOS			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025			
Valores em Reais			
FONTES DE ALTERAÇÃO	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESULTADOS ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2023	42.468.450,57	(51.890.303,46)	(3.560.583,29)
Adiant. Futuro aumento de capital	(5.861.269,60)		(5.861.269,60)
Resultado do Exercício		(14.679.759,70)	(14.679.759,70)
Ajustes de Exercícios Anteriores		16.417.716,04	16.417.716,04
Saldos em 31 de dezembro de 2024	42.468.450,57	(50.152.347,12)	(7.683.896,55)
Resultado do Exercício		(19.721,28)	(19.721,28)
Ajustes de Exercícios Anteriores		1.106.257,58	1.106.257,58
Saldos em 31 de dezembro de 2025	42.468.450,57	(49.065.810,82)	(6.597.360,25)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades de liquidação do exercício		
Superávit/déficit do exercício	(-19.721,28)	(-14.679.759,70)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades de liquidação:		
Ajustes de exercícios anteriores	1.106.257,58	16.417.716,04
Amortização e Depreciações	0,00	0,00
	1.086.536,30	1.737.956,34
Variações nos ativos	0,00	0,00
Valores Recebidos de Clientes	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores e Empregados	0,00	0,00
Tributos a Recuperar/Recompensar	0,00	0,00
Outros Créditos	0,00	0,00
Variações nos passivos	(-1.086.536,30)	(-840.386,30)
Fornecedores de Bens e Serviços	0,00	0,00
Salários, obrigações sociais e tributárias	(-1.085.136,30)	(-146,00)
Despesas Jurídicas	0,00	(-840.240,30)
Outras Obrigações	(-1.400,00)	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de liquidação	0,00	897.570,04
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidos	0,00	206.108,99
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	0,00	1.103.679,03
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos (empréstimo comurg)	0,00	(-1.103.679,03)
Empréstimos e financiamentos (Afc - Adiant. Fut. capital)	0,00	4.757.590,57
	0,00	(-5.861.269,60)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas disponibilidades	0,00	0,00
Caixa no início do exercício	0,00	0,00
Caixa no final do exercício	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas disponibilidades	0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Contexto Operacional

A Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia – COMOB, inscrita no CNPJ nº 02.756.203/0001-38, é uma sociedade por ações de economia mista, atualmente em processo de liquidação, constituída como subsidiária integral da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG (CNPJ nº 00.418.160/0001-55).

A Companhia tem por objeto social a execução de obras públicas e a prestação de serviços de interesse social voltados ao desenvolvimento urbano do Município de Goiânia, conforme disposições estabelecidas em seu Estatuto Social.

A dissolução e consequente liquidação da Companhia foram autorizadas pela Lei Municipal nº 183, de 29 de dezembro de 2008, nos termos de seu artigo 13, encontrando-se, desde então, em fase de encerramento de suas atividades operacionais e cumprimento de suas obrigações legais.

No exercício de 2025, o Sr. Wagner Alberto da Silva, passou a exercer as atribuições legais e estatutárias do cargo de liquidante. Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de setembro de 2025.

Nos termos da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e das normas contábeis aplicáveis às entidades em liquidação, compete ao Liquidante conduzir os procedimentos necessários à realização do ativo, à liquidação do passivo, à apuração de haveres e à prestação final de contas aos acionistas.

Durante o processo de liquidação, a Companhia mantém seus registros contábeis e controles patrimoniais atualizados, observando os princípios da transparência, da evidenciação adequada e da responsabilidade na gestão, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis, especialmente no que se refere à base de liquidação.

2. Declaração da Administração e Base de Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições da Lei nº 6.404/1976 e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis, considerando, entretanto, a condição específica da Companhia de entidade em liquidação.



Em razão da descontinuidade operacional, as demonstrações contábeis foram preparadas sob a base de liquidação, e não sob o pressuposto da continuidade, o que implica que:

- os ativos são apresentados pelos valores estimados de realização;
- os passivos são reconhecidos pelos valores conhecidos ou estimados de liquidação;
- eventuais ajustes decorrentes de perdas, contingências e reavaliações são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Administração entende que tais demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia no contexto de sua liquidação.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

3.1 Classificação circulante *versus* não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando (i) deverá ser realizado, ou destina-se a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) realizado principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado no período de doze meses após o período de relatório; ou (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que não seja trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o período de relatório. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando (i) emitido principalmente com a finalidade de negociação; (ii) é detido principalmente para fins comerciais; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após o período do relatório; ou (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Não houve ingresso ou desembolso de recursos durante o período, mantendo-se o saldo inalterado em função de sua liquidação. As disponibilidades que demandam atendimento das suas obrigações foram efetuadas pela Companhia de Urbanização de Goiânia – Comurg em forma de adiantamentos.



3.3 Ativos destinados a venda

Os bens classificados no ativo imobilizado são mensurados:

- (i) pelo custo histórico, quando inexitem avaliações atualizadas confiáveis; ou
- (ii) pelo valor estimado de realização, quando aplicável, considerando a condição de liquidação da Companhia.

Em consonância com os princípios estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) e na Estrutura Conceitual prevista no CPC 00 (R2), a mensuração dos ativos reflete a melhor estimativa dos benefícios econômicos esperados, ou, no contexto de liquidação, dos valores passíveis de realização.

3.4 Reconhecimento de Receita e Despesa

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, com destaque para:

- ajustes de exercícios anteriores;
- baixas de ativos;
- reconhecimento de perdas;
- reclassificações decorrentes da liquidação.

4. Créditos a Receber

Compreendem valores a recuperar decorrentes de:

- contratos anteriores;
- ações judiciais;
- créditos diversos.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses valores, podendo reconhecer perdas quando identificado risco de não realização.

5. Ativos Destinados a venda

Os bens móveis e imóveis da Companhia encontram-se registrados com base nos levantamentos patrimoniais realizados, os quais subsidiaram a atualização e a adequada evidenciação das informações contábeis.

Durante o exercício, foram realizados levantamentos físicos dos ativos, com vistas à identificação, conferência e conciliação dos bens integrantes do patrimônio, em conformidade com as exigências da Instrução Normativa TCM/GO nº 008/2015, especialmente no que se refere ao inventário de bens e à transparência das informações patrimoniais.



Registra-se que os bens móveis encontram-se totalmente depreciados, não havendo saldo residual relevante a ser apropriado a título de depreciação.

Adicionalmente, no contexto dos levantamentos realizados, foram identificadas situações que demandam regularização, dentre as quais:

- (i) Inexistência de documentação histórica completa para parte dos bens;
- (ii) Registros patrimoniais de bens formalmente vinculados à Companhia, porém sem a correspondente posse efetiva;
- (iii) Necessidade de regularização jurídica e registral prévia para viabilizar eventuais processos de alienação.

Considerando que a Companhia se encontra em processo de liquidação, as demonstrações contábeis são elaboradas com base no pressuposto de descontinuidade operacional, nos termos da CPC 00 (R2), razão pela qual não se aplica a depreciação sistemática dos ativos, priorizando-se a mensuração por valores realizáveis.

6. Obrigações Resultantes da Liquidação

As obrigações tributárias classificadas no Passivo Circulante referem-se a tributos incidentes sobre as atividades da Companhia em períodos anteriores à decretação de sua liquidação, bem como a tributos relacionados a imóveis de sua propriedade. No qual é composto principalmente por:

ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre serviços prestados à época em que a Companhia encontrava-se em operação plena;

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo aos imóveis pertencentes à Companhia.

Tais obrigações encontram-se registradas segundo o regime de competência e representam débitos reconhecidos junto ao Município de Goiânia.

Considerando o processo de liquidação e a necessidade de regularização fiscal para fins de encerramento das atividades, os referidos valores são objeto de negociação e/ou parcelamento junto ao Fisco Municipal/ Federal, conforme procedimentos legais aplicáveis, de modo a possibilitar a liquidação total das obrigações tributárias pendentes.

7. Empréstimos e financiamentos de Longo prazo

Refere-se a valores devidos à Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG,



controladora, decorrentes de adiantamentos para cobertura de despesas operacionais e administrativas necessárias à manutenção mínima e à condução do processo de liquidação da Companhia.

Em razão de sua condição de entidade em liquidação e da ausência de receitas próprias, a Companhia não possui geração de caixa operacional. Assim, a controladora tem efetuado repasses financeiros para assegurar o cumprimento de obrigações essenciais, incluindo despesas administrativas, fiscais, legais e demais custos inerentes ao procedimento de encerramento societário.

Tais repasses não possuem cronograma de pagamento definido no presente momento, estando classificados no passivo não circulante em virtude da expectativa de liquidação futura, condicionada ao fluxo de realização de ativos e conclusão dos atos de encerramento da Companhia.

A Administração ressalta que a contabilização segue o princípio da competência e a orientação dada pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, bem como as premissas da base contábil de liquidação, refletindo obrigações que serão liquidadas no curso do processo.

8. Obrigações Resultantes da Liquidação de Longo Prazo

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem a débitos fiscais junto à administração tributária municipal e federal, cujo pagamento está previsto para ocorrer em períodos posteriores ao encerramento do exercício social, em razão dos prazos de exigibilidade e/ou da necessidade de futura negociação/parcelamento no âmbito do processo de liquidação da Companhia. Composto principalmente por:

Tributos Municipais, referentes a obrigações acessórias e principais vinculadas a exercícios anteriores à decretação da liquidação, incluindo valores de ISSQN e IPTU a regularizar;

Tributos Federais, decorrentes de obrigações fiscais apuradas em períodos anteriores, alinhadas ao histórico operacional da Companhia, antes da fase liquidatória.



A Administração, em conjunto com a controladora, permanece adotando as providências necessárias para a regularização fiscal e a adequada liquidação das obrigações tributárias, observando os princípios da legalidade, da transparência e da fidedignidade das demonstrações contábeis, conforme disposto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e na base contábil de liquidação.

9. Capital Social

O Capital Social da companhia em 31 de dezembro de 2024 está integralizado no valor de **R\$ 42.468.450,57** (Quarenta e dois milhões quatrocentos e sessenta e oito mil quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) é representado por 42.468.450,57 ações ordinárias, de R\$ 1,00 (Um real) cada.

O valor do Capital Social conforme ATA do dia 19/05/1999 consta R\$ 13.770.469,72 e posteriormente em 15/05/20026 o Capital Social foi acrescido em R\$ 25.572.047,16, com créditos provenientes da Controladora Comurg.

9.1 Ajuste de Exercícios Anteriores

Durante o exercício, a administração da Companhia realizou um trabalho abrangente de conciliação e revisão dos saldos contábeis, com o propósito de verificar a consistência e a fidedignidade das informações acumuladas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No decorrer desse processo, foram identificados lançamentos e saldos que apresentavam inconsistências ou classificações inadequadas, exigindo a retificação de registros contábeis pretéritos para refletir de forma correta a realidade patrimonial, financeira e econômica da Companhia.

Considerando que tais distorções poderiam comprometer a transparência e a utilidade das demonstrações contábeis — cuja finalidade é fornecer informações claras, completas e fidedignas aos seus usuários —, a administração deliberou pelo reconhecimento dos efeitos



desses ajustes no presente exercício, classificando-os adequadamente na rubrica de “Ajustes de Exercícios Anteriores”.

9.2 Resultado do Exercício

O resultado do exercício é impactado principalmente por:

- reconhecimento de perdas na realização de ativos;
- equivalência patrimonial (quando aplicável);
- baixas contábeis;
- despesas decorrentes de processos judiciais.

9.3 Resultados Acumulados

O referido saldo decorre dos resultados negativos apurados ao longo dos exercícios sociais anteriores, refletindo as perdas acumuladas durante o período de operação e de liquidação da Companhia.

Por se tratar de entidade em processo de liquidação, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de liquidação, e não no da continuidade operacional, conforme disposto na NBC TG 1000 (R1) e nos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC, que determinam a mensuração dos ativos e passivos com base em sua realização e liquidez esperada.

Não há expectativa de reversão desse resultado negativo, uma vez que a Companhia não desenvolve mais atividades operacionais e se encontra em fase de liquidação, sendo os recursos e obrigações reconhecidos exclusivamente para fins de liquidação patrimonial e quitação de compromissos remanescentes.



10. Eventos subsequentes

Após a data do balanço, não ocorreram eventos relevantes que alterassem significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, exceto aqueles já divulgados nestas demonstrações.

11. Considerações sobre a Liquidação

A Administração reafirma que:

- a Companhia não possui expectativa de continuidade operacional;
- suas atividades estão restritas à liquidação de ativos e passivos;
- os registros contábeis visam refletir fielmente esse estágio.

Goiânia-Go, 24 de abril de 2026.

WAGNER ALBERTO DA SIVA

Liquidante

ELIENE BATISTA DOS SANTOS

Contadora